



LUTA POPULAR PARA ABANDONAR A ILUSÃO NA FARSA ELEITORAL



Ato pelo fim da escala 6x1, no último dia 15 de novembro, em São Paulo.

Se as eleições de 2024 deixam alguma lição, a de que a aposta da esquerda na via eleitoral e institucional leva à paralisação dos movimentos e, nem mesmo, garante resultados nas urnas. Com programas cada vez mais recuados, não muito diferentes do centro e da direita, as candidaturas da esquerda majoritária foram derrotadas nas grandes cidades.

O resultado eleitoral não seria um problema para o conjunto dos movimentos populares se eles seguissem um calendário de lutas independente dos partidos e governos de turno. Mas, desde o começo do ano, pouco se avançou além de greves e mobilizações pontuais de algumas categorias e movimentos sociais – o recente movimento contra a escala 6x1 se deu por fora dos movimentos tradicionais. O motivo é que, pensando nas eleições, os grandes partidos à esquerda agem ativamente para que os movimentos deixem de fazer lutas nas

ruas e apostem mais nas instituições, por meio de acordos de gabinete, audiências com parlamentares e ações na justiça. É dessa forma que os movimentos se burocratizam e perdem força para lutar.

Todo esse cenário é muito influenciado pela política de frente ampla do governo Lula-Alckmin, que aposta na velha fórmula de conciliação com os grandes empresários e autoridades do Congresso e do Judiciário. Apesar de alguns dados positivos, como a queda do desemprego e as políticas de ajuste fiscal, a falta de qualquer mudança estrutural mantém o abismo social e a enorme precarização do trabalho, além de desarmar as classes oprimidas de seus instrumentos de resistência, como as greves, atos de rua e outros tipos de protesto.

As eleições burguesas moldam a sociedade de forma tão profunda que mesmo os partidos e correntes mais revolucionários que participam do processo eleitoral

parecem deslocados da realidade nesse período. Em nossa leitura, a participação nas eleições acaba por gerar ilusão na democracia burguesa, além de provocar confusão e divisão entre a própria militância desses partidos. Algumas vezes, essa tática eleitoral faz com que os partidos mais combativos passem a abrandar o discurso, abrindo mão de um programa socialista em

CRESCIMENTO DA EXTREMA-DIREITA SE DÁ EM MEIO A DÉCADAS DE CONCILIAÇÃO COM OS INIMIGOS DE CLASSE

troca da eleição de uma ou outra candidatura – o que pode resultar em algumas medidas cosméticas, mas mantém intacta a estrutura

do sistema capitalista-estatista, que no Brasil perpetua o cenário de milhões de pessoas na miséria, o genocídio no campo e nas periferias, o racismo, o machismo e outras opressões.

O crescimento da extrema-direita se dá em meio a décadas de política de conciliação com os inimigos de classe, o que borrou as diferenças ideológicas entre esquerda e direita, além do aprofundamento do neoliberalismo, que exige formas de governo mais agressivas para assegurar a exploração da força de trabalho. Mesmo o governo Lula-Alckmin, depois da vitória eleitoral sobre o bolsonarismo, adota parte do programa derrotado, com medidas como o arcabouço fiscal, que reduz gastos sociais para beneficiar banqueiros e especuladores, por meio do pagamento da rolagem da dívida pública.

O foco nas eleições conduz as lutas e a participação popular nos processos de decisão a uma posição marginal na política, muitas vezes atropelando o processo autônomo de organização dos movimentos. Para nós, anarquistas, a construção do socialismo só se fará com o acúmulo de força social das classes oprimidas, em um projeto revolucionário e comprometido com o fim das opressões. Por isso nossa aposta é na construção e fortalecimento de movimentos populares combativos, com independência de classe, que abandonem a ilusão na farsa eleitoral e que avancem num projeto de poder popular autogestionário.

Críticas e proposições organizacionistas de José Oiticica

Página 02

Sindicalismo revolucionário e cooperativismo na Catalunha

Página 03

Federação anarquista de Rosário realiza quarto congresso

Página 03

A organização de reuniões e assembleias - Espaços de autogestão e participação direta do povo

Página 04

Queimadas, poluição e o ano mais quente da história

Página 05

Filmes abordam lutas populares na América Latina

Página 06

A América Latina dividida: Trump, multilateralismo, Sul Global e oligarquias

Página 07

Mais três clientes para o "Lixo da História"

Página 08

Feiras anarquistas no Brasil e exterior

Página 08



CRÍTICAS E PROPOSIÇÕES ORGANIZACIONISTAS DE JOSÉ OITICICA

O artigo abaixo foi composto por uma compilação de artigos de José Oiticica (1882 - 1957), publicados na "Secção Trabalhista" do jornal *A Pátria*, do Rio de Janeiro, a partir de junho de 1923.

Crítica a algumas posições anarquistas

Somos dispersivos, não temos nenhum método, nada fazemos nem podemos fazer por desunião de vastas e sucessivas incoerências práticas. Vivemos num deixa andar incrível, por incompreensão das coisas e, pesa-nos dizer, por fanatismo. Ainda aqui, os bolchevistas nos arguem com razão. Exemplo: um camarada de São Paulo incrimina Edgard Leuenroth por haver constituído com outros camaradas um grupo fechado, isto é, selecionado, com programa de ação, compromissos assumidos e exclusão forçada dos que não cumprirem o acordo feito. O acusador afirma ser tal agrupamento antianarquista! Essa é admirável! Admirável também a atitude de alguns anarquistas que se arregimentam contra a violência no combate à burguesia!

Anarquia é o regime do acordo livre. Eu tenho o direito de combinar com os outros o que bem nos parecer, desde que nossa combinação não lese a terceiro. Logo, se combino com outros um grupo fechado, com programa, compromisso, punições e o mais que queiramos, ninguém tem nada com isso.(...)

Demais, os anarquistas confundem lamentavelmente descentralismo da organização anárquica com centra-

lização de forças anárquicas na luta contra a burguesia fortemente centralizada.[1]

Como dar unidade e união às federações? Como conseguir um corpo de militantes verdadeiramente de vanguarda, a prova de fogo e bons guias?(...)

O segundo Congresso Operário proclamou o federalismo, mas não soubemos efetivar as federações anárquicas fora dos sindicatos.

Tudo isso porque somos fanáticos das "autonomias", isto é, "não-compromisso". Da "licença individual", coisa antianárquica acima de tudo, como demonstrou Malatesta e como acentuou o Congresso de Bolonha. Com tais ideias vamos cair no anarquismo individualista, a pior espécie de quietismo e dispersionismo existente.[2]

Proposições para um modelo de organização

Duas medidas são urgentemente necessárias para intensificar a ação anárquica: seleção dos militantes e concentração de forças. Só isso nos dará unidade de ação.[3]

Somos combatentes de uma grande guerra. Todos os combatentes, se "entendem" mutuamente para combater, assumem "compromissos", sem os quais não pode haver unidade de ação. Quem se "entende" com outros já não é senhor da sua vontade integralmente, prendeu-a por alguns fios ao acordo firmado. Se desfaz os fios, rompe o acordo, se "desentende, desiste do combate comum", foge à luta, se furta aos companheiros.

Logo o indivíduo "autônomo" é impossível num "grupo" de combate. Se ele firma um acordo com outros grupos, ele alienou de si, em benefício da comunhão, uma parcela de sua vontade. Se ele tem algum motivo de desacordo, cumpre-lhe expor esse motivo à comunidade e promover a revisão do acordo. Romper o acordo por sua livre e espontânea vontade é uma traição bem caracterizada.

Falar também das federações com grupos inteiramente autônomos é absurdo. Federar-se é comprometer-se a um "pacto" escrito ou não, submeter-se voluntariamente a uma vontade coletiva, a princípios pré-assentados, discutidos e aceitos. Portanto, os grupos federados são "autônomos dentro do acordo", segundo a fórmula de Malatesta.

Assim, quando no grupo o indivíduo quebra o acordo, ele por si mesmo se "desliga" moralmente e pode (melhor, "deve") ser excluído intransigentemente do grupo. Do mesmo modo, se o grupo quebra o acordo, se desliga da federação e como tal pode e deve ser declarado dissolvido ou estranho à federação. Exemplo: um grupo que vai votar ou "apoiar" uma candidatura. É o único meio de cortar as "águas turvas" e solidificar a "frente" anárquica.[4]

Penso que devemos separar inteiramente a organização do sindicato da organização dos anarquistas. A organização destes visa, naturalmente, orientar a classe trabalhadora por meio do sindicato, instrumento de ação direta nas reivindicações, mas a arregimentação dos militantes para a propaganda nos sindicatos e fora dele é coisa a parte, requer métodos, processos diferentes.(...)

Por isso querer os "grupos fechados", só de militantes, com ingresso por seleção e compromissos rigorosos; as "secções operárias anárquicas", isto é, centros operários fundados pelos "grupos" para propaganda fora dos sindicatos.[5]

Não basta, pois, ter vontade de ser

anarquista e propagandista. Importa estudar muito, enfronhar-se na teoria, embeber-se no ideal. Se esse tirocínio é insubstituível para alcançar a "teoria", muito mais reclama a luta real. É indispensável experiência longa, estudo dos sindicatos, contato constante com o trabalhador, conhecimento dos truques políticos e policiais, toda uma ciência prática difícil.

Assim reputo evidente a necessidade de levar em conta, na organização, a distinção entre agrupamento de militantes e formação de anarquistas fora dos agrupamentos. (...) Demais, no sindicato não podemos dar uma feição exclusivamente anárquica à ação operária.[6]

Desde que o anarquismo é anarquismo, não tem pregado outra coisa senão a ação direta das massas contra os burgueses, pela associação, pela colaboração dos sindicatos, pelas greves, pela sabotagem, por todos os processos imagináveis. Espero que os bolchevistas não nos virão negar isso e considerar a ação direta invenção bolchevista, ou ideia do "mestre" Marx ou do "mestre" Engels.[7]

Aqueles, entretanto, que aceitarem a ideia dos grupos selecionados, à maneira exposta, não devem perder tempo. Cada agrupamento, para ser mais eficaz, deve ser muito reduzido em número, de doze companheiros no máximo. É melhor formar muitos grupos pequenos federados numa localidade, com princípios por todos assentados e observados, mas livres na execução das medidas tomadas, que num só grupo numeroso com assembleias infundáveis, discussões ociosas e as respectivas comissões nomeadas.[8]

Notas (datas dos artigos):

- 19 de junho de 1923.
- 22 de junho de 1923.
- 19 de junho de 1923.
- 22 de junho de 1923.
- 26 de junho de 1923.
- 26 de junho de 1923.
- 26 de outubro de 1923.
- 26 de junho de 1923.

FAÍSCA E OSL LANÇAM COLEÇÕES DE LIVROS

A *Faísca Publicações Libertárias* e a *Organização Socialista Libertária* lançaram neste ano duas coleções de livros: Cadernos da OSL e Nossas Referências.

Os Cadernos da OSL trazem tex-

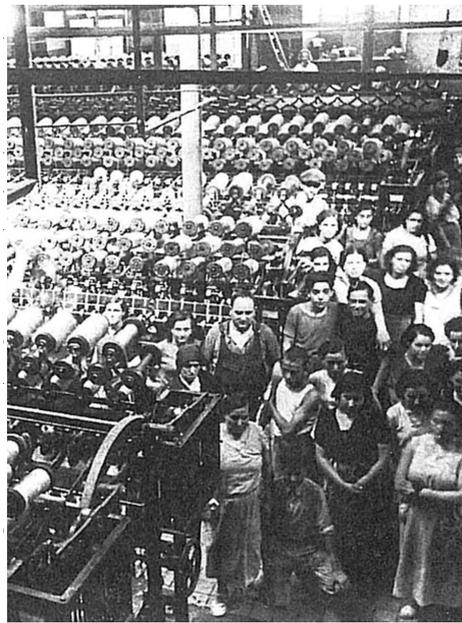
tos escritos pela OSL neste primeiro ano de trajetória: os documentos de fundação "Manifesto, Princípios e Estratégia Geral", o texto de polêmica "Marxismo, Stálin e a Crítica ao Anarquismo", e a entrevista "Es-

tamos contribuindo para construir uma alternativa Socialista e Libertária para o Brasil", concedida à Embat, da Catalunha.

Nossas Referências é o nome da coleção de textos selecionados pela Secretaria de Formação Política da OSL, com contribuições de anarquistas e organizações anarquistas de diferentes épocas. Os livros estão sendo colocados à venda pela militância e também no site da Faísca (editorafaisca.net).



SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E COOPERATIVISMO NA CATALUNHA



Na segunda quinzena de agosto, o *Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres* (CELIP) recebeu na cidade do Rio de Janeiro a companheira Elena, vinculada à *Confederação Geral do Trabalho* (CGT), uma importante e histórica organização anarcossindicalista da Catalunha. Neste encontro, a companheira apresentou a relação do anarcossindicalismo catalão com a estratégia cooperativista. Historicamente, o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo desenvolveram uma estratégia que compreendia o papel do sindicato não só como um organismo de defesa de direitos, mas também como o “embrião” de uma nova sociedade. A partir disso, o anarquismo catalão criou diversas ferramentas que buscavam defender direitos trabalhistas, formar caixas de solidariedade, fundar cooperativas de consumo/produção e manter

instituições educativas/de formação da classe (escolas modernas, ateneus, teatros etc.), almejando a ruptura com o sistema capitalista. A CGT tenta recuperar esse legado histórico do anarcossindicalismo espanhol e atualizá-lo para as lutas sociais contemporâneas.

Desde 2018, a CGT da Catalunha é o sindicato que mais mobiliza e convoca greves, com conquistas expressivas na melhoria das condições de trabalho. A CGT compreende que a autogestão sempre foi um dos pilares da ação revolucionária da classe trabalhadora e que o cooperativismo teve um papel importante na luta social espanhola. Na década de 1970, a autogestão e o cooperativismo catalão (cooperativas de habitação, cultura, alimentação etc.), foram tocados principalmente em áreas fora das lutas do mundo do traba-

lho, perdendo a força que tinham antes da ditadura franquista.

Em alguns casos, muitas “cooperativas” possuem práticas de exploração similares a qualquer empresa capitalista, podendo até acentuá-las. Com isso em mente, a CGT decidiu se relacionar com diferentes estruturas do movimento cooperativista catalão, criando ferramentas para melhorar as condições de trabalho nas cooperativas, pressionando e denunciando cooperativas que violam direitos trabalhistas. E também identificar empresas ou áreas onde a CGT possui presença significativa e com risco de falência/fechamento, criando novas cooperativas com a intenção de melhorar as condições de trabalho.

Certamente, a realidade do cooperativismo e do sindicalismo catalão não são iguais à realidade brasileira, mas a ação sindical e cooperativista da CGT Catalunha pode servir de parâmetro para pensarmos e refletirmos sobre nossa própria realidade.



FEDERAÇÃO ANARQUISTA DE ROSÁRIO REALIZA QUARTO CONGRESSO

A *Federação Anarquista de Rosário* (FAR), da Argentina, concluiu seu IV Congresso nos dias 20 e 21 de setembro deste ano. A convite da FAR, a OSL se fez presente com dois delegados no encontro, junto a outras organizações anarquistas da Argentina, do continente americano e também da Europa.

Junto à militância da FAR, as delegações convidadas trocaram experiências de trabalhos sindicais e debateram a conjuntura da Argentina e do mundo. Um ato público marcou o encerramento do Congresso na *Biblioteca Popular La Vigil*, importante espaço de memória e cultura na cidade. O Congresso foi nomeado de “Irmãos Tello”, em homenagem a Marcelo,

Rafael e Pablo, militantes sindicais anarquistas, desaparecidos nos anos 1970 pela repressão da ditadura argentina.

Além da OSL participaram as organizações argentinas OAC, de Córdoba, OASC, de Santa Cruz, ORA, de Buenos Aires, OAT, de Tucumán, e Impulso A, de Neuquén, além da FAU, do Uruguai, a FAS, do Chile, Black Rose/Rosa Negra, dos EUA, e a central sindical CGT, do Estado espanhol.

Agradecemos a receptividade das companheiras e companheiros da FAR, e cumprimos todas as delegações presentes no encontro, uma importante oportunidade para estreitar laços e impulsionar o anarquismo na América Latina.



Congresso prestou homenagem aos Irmãos Tello, desaparecidos pela repressão da ditadura argentina nos anos 1970.

A ORGANIZAÇÃO DE REUNIÕES E ASSEMBLEIAS

ESPAÇOS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO DIRETA DO POVO

DEVEMOS SEMPRE LEMBRAR QUE AS ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES SÃO MEIOS E NÃO FINS EM SI MESMOS.



A formação militante é um processo permanente, e não existe quem atue organizado socialmente que esteja pronto ou não precise mais de formação. Ela pode ocorrer com cursos específicos de formação, no dia a dia prático do trabalho de base ou mesmo pelo autodidatismo, na iniciativa e busca de aprimoramento e estudo por parte da militância. Mas é fundamental que o passo da teoria e o passo da prática andem juntos. Ou seja, se os processos de organização da luta e do trabalho de base também são formativos, os momentos específicos de estudo e formação consolidam e fazem a militância refletir sobre a atuação prática, ajustando-a quando necessário.

Por isso, o exercício de reestudar os temas, refletir e atualizar é fundamental. E um desses temas é a organização coletiva, porque ela é, junto a uma concepção de luta combativa, uma das condições para acúmulo de força social e construção de poder popular. E na questão da organização coletiva, trataremos aqui sobre como organizar reuniões e assembleias.

Em um processo de luta social organizado, reuniões e assembleias são importantes espaços de autogestão, com participação direta do povo na condução, tomadas de decisão e encaminhamentos. Ou seja, são momentos em que um grupo se encontra para debater, avaliar e tomar decisões e encaminhamentos sobre determinados assuntos. Acordos e decisões que devem ser respeitados e acatados, enquanto responsabilidade coletiva das pessoas participantes.

Pode parecer que a reunião se resume ao encontro e discussão dos

pontos previstos – muito pelo contrário. Para se fazer uma boa reunião de duas horas, por exemplo, é necessário trabalhar bastante na sua preparação, ter uma boa coordenação e participação das pessoas. Não basta marcar a data na agenda e esperar que chegue o dia, é importante organizar uma equipe de preparação, que garantirá que a reunião sairá bem-feita. E para isso pode seguir alguns passos.

Definir os objetivos a serem alcançados com a reunião. Não podemos entrar em uma reunião sem termos clareza do que queremos alcançar com ela. Embora muitas vezes o resultado alcançado seja diferente do que pensamos, mas o importante é chegarmos a resultados concretos e coletivos.

Preparar a pauta da reunião. A pauta é a organização dos pontos que queremos debater e seus itens. De preferência, deve explicar o que precisamos resolver em cada ponto, e a metodologia que vamos utilizar para fazer o debate e a aprovação de cada um. E com tempo determinado para debater cada assunto. No momento da apresentação da pauta deve-se prever o acréscimo de algum assunto urgente que possa surgir. Como também é importante verificar se existem assuntos pendentes da reunião anterior, que não foram encaminhados ou resolvidos.

Definir data, local e as equipes de trabalho. Deve-se pensar num local que seja de fácil acesso e tenha condições adequadas. Que seja confortável, com cadeiras, ventilado, com banheiro, luz, água para beber etc. E também que seja seguro e garanta a discricção, evitando, por exemplo, realizar reuniões ao ar livre, onde qualquer pessoa estranha,

ou mesmo a repressão, escute os assuntos ou perturbe o grupo de alguma forma. Visto isto, deve-se pensar nas equipes que irão contribuir para a realização da reunião, e distribuir as tarefas necessárias. São exemplos de tarefas a elaboração e envio dos convites; a impressão da pauta e demais materiais; a ornamentação e preparação do local; a animação

A ORGANIZAÇÃO COLETIVA É UMA DAS CONDIÇÕES PARA ACÚMULO DE FORÇA SOCIAL E CONSTRUÇÃO DE PODER POPULAR

da reunião; a alimentação, hospedagem (se necessário), lanches; a recepção e transporte (se necessário); a definição de quem vai coordenar a reunião e quem vai fazer a relatoria ou ata. Quanto mais as pessoas vão assumindo tarefas, e experimentando trocar de tarefas a cada reunião, maior será a participação e a capacitação das pessoas do grupo.

Colocação para debate de cada ponto. A coordenação da reunião deve apresentar o ponto e explicar o que precisa ser resolvido naquele assunto. A forma que vai ser o debate, a metodologia, pode ser em plenária, com a inscrição de cada pessoa que queira falar, ou organizando pequenos grupos, ou outras formas. Tudo depende do tipo de reunião, da quantidade de pessoas, dos objetivos da reunião, da complexidade dos assuntos etc.

Abrir o debate. A coordenação da reunião orienta para que as falas sejam feitas por ordem de inscrição, limitando o tempo de fala. Por exemplo, três minutos por fala. E no caso de reinscrições priorizar quem ainda não falou. A coordenação deve ficar atenta para anotar as propostas de encaminhamentos que já vão sendo colocadas durante as falas.

Colocação e aprovação das propostas. Esgotado o tempo de debate daquele ponto, a coordenação apresenta as propostas que foram feitas no debate. No caso de propostas que sejam complementares, a coordenação pode tentar reunir elas em uma só, para facilitar o encaminhamento. Na aprovação das propostas de encaminhamento se busca o consenso no grupo. Mas, quando não se chega a um acordo, deve-se abrir para a votação entre as propostas apresentadas.

Distribuição das tarefas. O debate de cada ponto deve terminar com encaminhamentos concretos. Junto com os nomes de quem vai encaminhar as tarefas, e o prazo que acham viável para realizar aquele encaminhamento. E a pessoa que está fazendo a relatoria/ata deve anotar, de forma clara, esses encaminhamentos. Caso a relatoria tenha dúvidas, pede para repetir o que foi encaminhado para anotar.

Leitura da relatoria/ata. Ao final a pessoa responsável pela relatoria/ata relatar os encaminhamentos de cada ponto, e as pessoas responsáveis pelas tarefas. Isso é importante para que a coordenação, e todas as pessoas presentes, observem se os objetivos da reunião estão sendo atingidos.

Avaliar a reunião, marcar a próxima reunião, encerrar a reunião. Pode-se reservar um breve momento para avaliar a reunião e recolher sugestões para a próxima. Caso não exista um calendário definido, marcar a data da próxima reunião ou assembleia. E a coordenação anuncia o encerramento da reunião. Pode ter um momento de animação para terminar com um bom clima. É importante que a reunião deixe uma sensação em seus participantes de que cumpriu seus objetivos, para que sintam vontade de retornar na próxima.



Fogo atingiu o Parque Nacional de Brasília – o Cerrado foi um dos biomas mais atingidos.
Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ABr

QUEIMADAS, POLUIÇÃO E O ANO MAIS QUENTE DA HISTÓRIA

PARAR A EXPLORAÇÃO DA NATUREZA É URGENTE PARA MANTER A VIDA NO PLANETA

O território brasileiro viveu em 2024 um ano de recordes de desmatamento por queimadas. Com ondas de calor e uma seca prolongada em grande parte do país, o fogo ganhou terreno e destruiu como nunca. A mudança do clima, o modelo agroexportador brasileiro e a farsa do “capitalismo verde” defendido pelo governo e um setor do agro comprovaram que, a depender dos de cima, as condições de vida na Terra podem ficar insustentáveis enquanto eles lucram.

Nos primeiros nove meses do ano, foram queimados 22,4 milhões de hectares, uma área comparável ao tamanho do estado de Roraima. Um aumento de 150% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo o Monitor do Fogo, do MapBiomas.

Todo esse fogo e o tempo seco afetaram o clima em grande parte do país, principalmente entre os meses de agosto e setembro. Estados como Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná tiveram recordes de temperatura para setembro, em algumas regiões ultrapassando os 40 graus. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia, foi o setembro mais quente do país desde o começo das medições, há 63 anos. A falta de chuva e os incêndios também afetaram a qualidade do ar em parte da Região Norte e no Centro-Sul do país. O

Distrito Federal ficou mais de 150 dias sem chuva.

Queimadas na Amazônia, no Cerrado e Pantanal

Cerca de 50% de toda a área queimada no país fica na Amazônia, o bioma mais afetado pelo fogo. Metade eram florestas, e outros 33% eram pastagens. A Região Norte vem passando por secas extremas nos últimos anos, o que agrava a situação do bioma.

No Cerrado, 80% das queimadas foram em imóveis privados e territórios indígenas, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Os municípios com os maiores incêndios estão nas regiões de fronteira com a Amazônia e no “Matopiba”, e ambientalistas chamam atenção para o problema da expansão das fronteiras agrícolas, com o avanço do agronegócio. O garimpo ilegal é outra ameaça, destruindo a vegetação nativa e provocando fortes impactos sobre a região.

O Pantanal foi mais fortemente afetado: entre janeiro e setembro, a área queimada foi 2.306% maior do que a média dos cinco anos anteriores – recorde de 1,5 milhão de hectares consumidos pelo fogo. Pesquisadores apontam que o bioma pode deixar de existir na metade do século. O Pantanal é ameaçado pela própria degradação da Amazô-

nia, na medida em que ele é irrigado pelos chamados “rios voadores”, fenômeno decorrente da umidade da floresta, que ajuda a equilibrar o clima no Centro-Sul do país.

As queimadas e o agronegócio

É impossível separar os incêndios nos biomas, as secas extremas, as ondas de calor, as fortes tempestades em diferentes regiões (e outras consequências climáticas) do modelo econômico brasileiro. O agronegócio, que concentra terras na mão de poucos, produz *commodities* para vender ao exterior – a grande parceira é a China, que compra 1/3 dos produtos exportados pelo setor.

O sucesso econômico desse modelo estimula o avanço da fronteira agrícola para o Norte e Nordeste, e o desmatamento com fogo é o primeiro processo de preparo da terra para a superexploração. Fortalece um sistema político-partidário cada vez mais reacionário, que avança sobre os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, além de destruir a própria Natureza.

No Centro-Oeste, cabe destacar o Mato Grosso, o principal estado do agronegócio, e também onde houve o maior desmatamento: 25% da área queimada no país, de acordo com o MapBiomas. Principal produtor de soja e milho, destrói

Cerrado e Pantanal e persegue movimentos indígenas e camponeses que fazem um uso mais ecológico da terra. A capital Cuiabá registra recordes históricos de temperatura no Brasil.

No estado de São Paulo, grande parte dos incêndios deste ano foram em áreas agrícolas, segundo o MapBiomas. Os casos foram registrados especialmente em plantações de cana-de-açúcar, que é o principal produto exportado pelo estado. O fogo se espalhou por várias regiões e se aproximou de áreas de conservação na Grande São Paulo. Depois de semanas de seca, a população ainda experimentou a chamada “chuva preta”, quando a água se juntou à poluição que pairava no ar por vários dias.

Muito discurso e pouca ação

Os discursos do governo Lula-Alckmin de defesa do meio ambiente e combate às queimadas parecem frágeis quando nos deparamos com a realidade do fogo. Os incêndios vinham batendo recorde no país desde o começo do ano, e já se esperava que a situação fosse agravada no período mais seco. O próprio governo federal assumiu que os esforços foram insuficientes para fazer frente ao problema.

No momento em que as preocupações climáticas ganham nova urgência, com catástrofes em várias regiões do mundo, o Brasil vai receber, no próximo ano, a 30ª Conferência do Clima da ONU. Mas o governo segue com a política de estímulo aos combustíveis fósseis, o que deve aumentar as emissões de carbono em mais de 20% até 2050, segundo o Observatório do Clima.

A verdade é que o sistema capitalista-estatista é a grande máquina que se expande sobre a destruição da Natureza, e assim vai tornando insustentáveis as diversas formas de vida. E o papel do Brasil no cenário internacional ajuda a estruturar as classes dominantes em torno do agronegócio e da mineração, arrasando o meio ambiente e atacando direitos de indígenas, camponeses e populações tradicionais.

Estado e capitalismo são sócios na destruição da vida, portanto, para salvar a vida é preciso que ambos sejam destruídos, avançando num projeto de poder popular autogestionário que destrua a dominação e a exploração, e tenha como prioridade a defesa de todas as formas de vida, e não o lucro de poucos.



También la lluvia (2010) se passa em meio à guerra da água na Bolívia

FILMES ABORDAM LUTAS POPULARES NA AMÉRICA LATINA

Exibir filmes que ajudam a refletir sobre a realidade das lutas populares é o objetivo do CineCELIP, projeto do *Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres* (CELIP), surgido nos últimos meses de 2024. Em São Paulo, as sessões de filme-debate acontecem no *Espaço Antônia e Angelina Soares*, no bairro do Bixiga. Ele foi pensado como um momento de confraternização e formação coletiva, e os encontros buscam conectar o passado com o presente, para construir um debate sobre lutas sociais e seus desdobramentos contemporâneos. A proposta vai além da exibição de filmes; é um convite à análise crítica e inspiração para as lutas de hoje. A seguir trazemos as indicações de dois filmes já exibidos.

Un poquito de tanta verdad (2007)

O documentário *Un poquito de tanta verdad*, dirigido por Jill Freidberg, aborda a Revolta de Oaxaca, um levante popular que ocorreu no estado mexicano de Oaxaca em 2006. A produção mostra a luta da população, composta principalmente por professores e membros de comunidades indígenas, contra o então governador Ulises Ruiz, acusado de corrupção e repressão violenta. A narrativa é construída a partir de imagens capturadas durante os intensos protestos e ocupações de prédios públicos e emissoras de rádio e TV. A mídia, que inicialmente servia como uma ferramenta do governo para reprimir a oposição,

torna-se um poderoso instrumento nas mãos dos manifestantes. Essa ocupação das ondas de rádio e TV é um ponto central do documentário, revelando como a comunicação se transforma em uma ferramenta de resistência e mobilização.

Freidberg nos mostra um panorama da luta dos professores, que começa como uma greve por melhores condições de trabalho e, gradualmente, se transforma em um movimento mais amplo por justiça social e contra a repressão estatal. A força das imagens e depoimentos revela o sofrimento e a coragem dos manifestantes, que enfrentam a violência policial e militar.

O documentário destaca a importância das mídias alternativas na organização e disseminação de informações. Os protagonistas transformam as emissoras ocupadas em canais de comunicação direta com a população, rompendo o monopólio informativo do governo e da mídia convencional. Esse controle das mídias por parte dos manifestantes é um dos aspectos mais inspiradores, mostrando como a tecnologia pode ser usada para dar voz aos silenciados. *Un poquito de tanta verdad* é uma obra que traz à tona questões universais sobre a ação direta e a capacidade das classes oprimidas de se organizar e resistir diante da opressão; nos convida a pensar sobre o papel da mídia na construção das narrativas sociais e políticas e nos inspira a considerar o poder da mobilização coletiva em tempos de repressão.

También la lluvia (2010)

Dirigido por Iciar Bollain, *También la lluvia* é um filme que explora a complexa relação entre história, política, estética e ética. A narrativa acompanha uma equipe de filmagem espanhola, liderada pelo idealista diretor Sebastián (Gael García Bernal) e pelo cínico produtor Costa (Luis Tosar), que viaja à Bolívia para rodar um filme sobre Cristóvão Colombo e a exploração dos indíge-

ENCONTROS BUSCAM GERAR REFLEXÃO E INSPIRAR AS LUTAS DE HOJE

nas durante a colonização. O roteiro estabelece um paralelo entre a exploração colonial retratada no filme que está sendo feito e a situação contemporânea na Bolívia, onde os habitantes locais enfrentam uma “guerra da água” contra a privatização desse recurso natural. A tensão aumenta quando Daniel (Juan Car-

los Aduviri), um líder indígena que participa do filme, se torna um dos principais ativistas contra a empresa que controla a água na cidade de Cochabamba.

O filme questiona a interação entre ética e estética ao sugerir que a forma como a história é contada tem implicações morais. A insistência de Sebastián em finalizar o filme, mesmo diante da repressão violenta contra o povo em luta, levanta a questão: até que ponto o compromisso com a arte justifica a indiferença em relação ao sofrimento real? A arte pode realmente ser um agente de mudança social se os artistas ignoram os contextos e as vidas reais afetadas pelo processo de criação?

A solução não é simples, e o filme não oferece respostas fáceis. Em vez disso, *También la lluvia* nos força a refletir sobre a responsabilidade ética de quem narra as histórias, especialmente quando essas histórias envolvem dor e resistência. O compromisso estético de Sebastián com a verdade histórica parece desmoronar diante da verdade contemporânea dos bolivianos lutando pelo acesso à água. Ao final, a própria integridade do projeto cinematográfico é posta em dúvida, pois a narrativa do filme dentro do filme começa a parecer um espelho da realidade que o rodeia.

Em última análise, *También la lluvia* é uma reflexão sobre como a arte pode, simultaneamente, iluminar e obscurecer as questões de justiça social. O filme desafia a ideia de que contar histórias sobre o passado é suficiente se não estivermos dispostos a enfrentar as injustiças do presente. A interseção entre ética e estética, portanto, não é apenas um debate teórico no filme, mas uma questão de ação e responsabilidade concretas.

Faísca
Publicações
Libertárias



www.editorafaisca.net

A AMÉRICA LATINA DIVIDIDA



Crédito: Drago, 1927 - Xul Solar

TRUMP, MULTILATERALISMO, SUL GLOBAL E OLIGARQUIAS

Depois que a delegação brasileira vetou o ingresso da Venezuela no bloco econômico dos BRICS, na conferência da Rússia (outubro de 2024), o mapa das lealdades políticas dos governos latino-americanos ficou mais fragmentado.

Em linhas gerais, a distopia da extrema-direita ocupa o Poder Executivo da Argentina (com Javier Milei), Equador (com Daniel Noboa) e El Salvador (com Nayib Bukele). Já os países com um perfil nacionalista, com lealdades junto à Rússia e China (alegando ser esse o anti-imperialismo possível), são Cuba (presidida por Miguel Díaz-Canel), Nicarágua (do ex-sandinista Daniel Ortega e a 1ª dama que co-governa, Rosario Murillo) e a Venezuela (com o reeleito sob protestos Nicolás Maduro e seu gabinete militarizado). Estes países citados se somam com Honduras (comandada pela presidenta Xiomara Castro) e a Bolívia (na crise interna no partido de governo, sob o comando de Luis Arce).

Já numa posição mais associada à defesa da democracia liberal, com política econômica que deveria ser social-democrata, estão os seguintes países, apresentados aqui, em ordem de pujança econômica e capacidade de propor políticas distributivas. Estão o México (da coalizão Morena, com a presidenta Claudia Sheinbam); na sequência a

Colômbia (onde Gustavo Petro enfrenta uma tentativa de golpe institucional apoiado pelos sionistas); surpreende o Chile (com o recalcitrante Gabriel Boric, garantindo aumento de salário e retomada de políticas públicas) e por fim o Brasil (Lula 3, com índices de crescimento econômico mas sem mudança estrutural alguma). Nesta lista consta a Guatemala (com Bernardo Arévalo, que quase não consegue tomar posse), e o Uruguai (com a vitória eleitoral da Frente Ampla, com Yamandú Orsi).

O grupo mais “tradicional”, onde as oligarquias governam para si alegando certa lealdade institucional, estão Uruguai (com o final do mandato do playboy Lacalle Pou), o Paraguai (com o banqueiro Sebastián Peña) e os governos centro-americanos da Costa Rica e Panamá. A “nova tradição” peruana é não conseguir formar governo em função do bloqueio parlamentar fujimorista e a metástase da Lava-Jato no país. Lá, Dina Boluarte (a vice do hoje preso político Pedro Castillo) não manda nada e tampouco a derrubam.

Com a vitória eleitoral de Donald Trump nos EUA (em 05 de novembro) e suas ameaças de deportação em massa de mais de 11 milhões de imigrantes ilegais (maioria absoluta de latinos), este quadro tende a se aprofundar ainda mais.



BIBLIOTECA SOCIAL

FÁBIO LUZ

FUNDADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2001

Rua Álvaro Alvim, 24, sala 405
Centro - Rio de Janeiro

 @bibliotecasocialfabioluz

Instituto de Teoria e
História Anarquista

ITHA★IATH

- Textos clássicos e contemporâneos
- Cursos
- Dossiês
- Podcast Xadrez Político

novo site multi-idiomas:

www.itha-iath.org



MAIS TRÊS CLIENTES PARA O “LIXO DA HISTÓRIA”



Dizem que em algum lugar do além, em outra dimensão, existe um antro chamado “Bar-Restaurante Lixo da História”. Assim começava a primeira notícia da chegada de novos clientes para essa pocilga fétida, publicada no Libera #54, em novembro de 1995. Naquela oportunidade, anunciávamos a chegada de Plínio Correa de Oliveira, fundador da organização fascista-católica TFP (Tradição, Família e Propriedade) e do repórter e deputado Amaral Netto, grande baba-ovo e colaborador da ditadura militar. Durante décadas o Libera anunciou a chegada ao vil estabelecimento de inúmeros crápulas, tais como ditadores sociopatas, represores do povo, fascistas hediondos, corruptos pervertidos e facínoras de todos os tipos. Dessa vez, a chegada foi tripla! A administração do “Lixo da História” teve que reforçar o estoque de petiscos e bebidas para o deleite da escumalha sórdida. Em menos de um mês deram as caras por lá, nada mais nada menos que Antônio Delfim Netto, Silvio Santos e Alberto Fujimori!

No dia 12 de agosto entrou triunfalmente no Lixo da História o ex-ministro da ditadura Antônio Delfim Netto, que se dirigiu imediatamente a uma mesa onde lhe esperavam sô-fregos os generais Costa e Silva, Garastazu Médiçi e Lira Tavares. Delfim Netto foi um dos signatários do famigerado Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968, além de ministro da Economia, da Agricultura e do Planejamento do governo militar, entre 1967 e 1978. Durante seu reinado na área econômica brasileira, como um “superministro”, ficou conhecido pelas gordas comissões de 20% que recebia sobre os negócios estatais, que o tornaram riquíssimo, junto com os “Delfim boys”, seu staff de jovens economistas inescrupulosos. No governo general Geisel (1974-79), Delfim foi “exilado” em Paris como embaixador do Brasil, sendo acusado de receber propinas nas negociações de empréstimos com os bancos franceses. É atribuída a ele a frase “É preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. Obviamente, o “bolo” não foi dividido, tendo os mais pobres ficado ainda mais pobres e os

mais ricos muito mais ricos. Foi ainda deputado federal entre 1987 e 2003, sempre por partidos de direita, tendo terminado sua trajetória como um prestigiado colaborador dos governos do PT, recebendo de Lula vastos elogios após desencarnar.

No dia 17 de setembro, a calma do vasto salão do Lixo da História foi quebrada pelo estrepitoso jingle “Silvio Santos vem aí, lá lá lá lá lá lá”. O conhecido apresentador e empresário adentrou o recinto de braços abertos e envergando seu sorriso histriônico, distribuindo carnês do Baú da Felicidade a embasbacados ditadores genocidas africanos de uma mesa próxima. Silvio Santos foi um estreito colaborador da ditadura militar, assim como seu concorrente Roberto Marinho, tendo se beneficiado enormemente desse apoio nos anos mais duros daquele período. Em 1972, foi agraciado com uma gorda benesse do governo do Mato Grosso ao comprar em condições muito favoráveis 70 mil hectares de terra na região do Araguaia. O SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) surgiu em 1981 a partir das relações de SS com o então Ministro da Aeronáutica do governo Figueiredo, Brigadeiro Délio Jardim de Matos, seu antigo colega da Escola de Paraquedistas. “Figueiredo me deu a televisão”, disse SS em 2018. No governo Bolsonaro, em troca de verbas para o SBT, SS prestou todo o apoio ao Genocida e sua “família”, tendo inclusive retomado em 2020 o ridículo programa “A Semana do Presidente”, criado na ditadura, tão somente para bajular quem estava no poder. SS foi alvo de diversas acusações de racismo, censura, corrupção, machismo e sexismo ao longo de sua longa

trajetória na superfície do planeta, sendo que no Lixo da História temos a certeza de que ele se sentirá em casa com seus novos “colegas de trabalho”.

E para fechar essa pequena procissão de novos clientes, finalmente deu as caras no Lixo da História o ex-presidente peruano Alberto Fujimori, despachado de sua existência terrena no dia 11 de setembro, devido a um justíssimo câncer na língua. Logo ao entrar, tentou sentar-se à mesa dos ditadores sul-americanos, mas não foi autorizado por não ser milico. Foi salvo pelo Imperador Hiroito, que o convidou para a mesa dos genocidas japoneses da II Guerra Mundial. Fujimori foi presidente do Peru entre 1990 e 2000 e, após dois anos de mandato, promoveu um autogolpe com apoio irrestrito das Forças Armadas, tendo fechado o Congresso e a Suprema Corte, passando a governar por decretos. Durante seu governo, mais de 200 mil mulheres pobres da região andina foram esterilizadas à força, bem como foram perpetrados inúmeros massacres contra opositores políticos, camponeses e civis, como o de Barrios Altos (15 mortos), Santa (9 mortos) e La Cantuta (9 mortos), cometidos pelo grupo paramilitar Colina, composto principalmente por militares do Exército peruano. Por esses crimes contra a humanidade, o degenerado foi condenado a 25 anos de prisão, dos quais cumpriu 16. Sofreu diversas acusações e processos por peculato, suborno, enriquecimento ilícito, falsidade ideológica e como mandante de sequestros, torturas e assassinatos, ou seja, um prontuário totalmente adequado para um cliente VIP do Lixo da História, cujas portas seguem abertas para receber a escória da humanidade.

Em 06 de julho foi realizada a quarta edição da Feira do Livro Anarquista de Belo Horizonte, organizada pela OSL e pela Kasa Invisível, no Espaço Comum Luiz Estrela. Além da venda de livros e outros materiais, a feira teve importantes debates e oficinas durante todo o dia. A militância da OSL participou das mesas de debates sobre: mudanças climáticas; anarquismo e sindicalismo no Brasil; e, movimento estudantil.

Em 22 de setembro, foi organizada a Feira do Livro Anarquista de Nova Iorque, nos EUA. A Faísca Publicações Libertárias e a OSL foram convidadas a participar de uma mesa virtual, sobre a questão da terra no Brasil, o genocídio dos

FEIRAS ANARQUISTAS NO BRASIL E EXTERIOR



povos originários e as lutas para enfrentar este cenário. Também esteve conosco na mesa o companheiro Lorenzo Kom’boa Ervin, escritor e militante anarquista estadunidense, e ex-membro do Partido dos Panteras Negras.

Em 26 de outubro aconteceu a III Feira Anarquista do Rio de Janeiro, organizada pelas Edições Tormenta e Coletivo de Ação Revolucionária Anarquista (CARA). A feira, realizada no Centro de Cultura Social (CCS), teve como tema os 60 anos do golpe que implantou a ditadura militar no Brasil, o que foi debatido nas mesas durante todo o dia. A Faísca esteve presente com seus livros e materiais da OSL, como o próprio jornal Libera.